

A circulação dos impressos no Brasil do século XIX (atores do mundo dos livros)¹

LÚCIA GRANJA*

RESUMO: Este artigo apresenta alguns dos atores sociais e institucionais mais importantes para o desenvolvimento das atividades de impressão e de edição no Brasil do século XIX, assim como narra a expansão do comércio livreiro à mesma época. Nesse século, deu-se a expansão e tentativa de internacionalização da literatura do país, por meio da diversificação dos tipos de texto produzidos, das formas de divulgação e propagação desses textos, assim como de sua produção e recepção. A circulação de impressos e de pessoas entre a Europa e América, somada a práticas culturais e comerciais da época, constituem-se em elementos fundamentais do processo em que se inscreveu tal transformação cultural. Destacam-se, nesse contexto, os passos do livreiro e editor Baptiste-Louis Garnier.

PALAVRAS-CHAVE: Bens impressos; Circulação dos impressos; Edição; Editor Garnier; Literatura brasileira.

ABSTRACT: This article presents some of the most important social and institutional actors for the development of printing and publishing activities in Brazilian 19th century, as well as it describes the expansion of book trade at the same time. It develops a reading of a specific historical moment, in which the expansion and attempt of internationalization of Brazilian literary production occurred through the diversification of texts produced, through the forms of dissemination and propagation of these texts, as well as their production and reception. The circulation of printed matter and people between Europe and America in addition to the cultural and commercial practices that were structured in the Brazil constitute fundamental elements of the process in which a cultural transformation was inscribed in the XIX century, where we highlight Baptiste-Louis Garnier's steps.

KEYWORDS: Brazilian literature; Circulation of printed matter; Garnier publisher; Printings; Publishing.

¹ Esta pesquisa recebeu auxílio do Projeto Temático FAPESP (2011/07342-9), “A circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX”, entre setembro de 2011 e agosto de 2016.

* Departamento de Teoria Literária – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – 13083-859 – Campinas – SP – Brasil. E-mail: lgranja@unicamp.br

Século XIX brasileiro: da Colônia à Independência

Ao longo do século XIX, desenvolveram-se no Brasil as atividades de impressão e de edição, paralelamente à expansão do comércio livreiro. A circulação de impressos e de pessoas entre a Europa e América, assim como a adaptação dos homens de letras e daqueles homens ligados aos livros e impressos, às condições oferecidas pelas nações americanas em formação foram elementos fundamentais desse processo histórico. Acompanharemos aqui alguns dos atores, passadores culturais e mediadores, responsáveis pelas ações que contribuíram com a grande expansão da circulação dos bens culturais e com a quase concomitância euro-americana desses fenômenos. Vivíamos em um mundo no qual a técnica encurtava, em muito, as distâncias, além de facilitar as trocas, e onde os países americanos, que emergiam no imaginário europeu como lugares edênicos, ocupavam, como mercados promissores, as cláusulas dos contratos e as rotas comerciais.

Em 1893, já a República se instalara no Brasil há quatro anos e, entre lutas políticas e sociais, o novo governo procurava consolidar-se e estabilizar-se. Mas no dia 7 de outubro, o *Jornal do Commercio*, que circulava no Rio de Janeiro desde 1827, parecia preocupar-se sobretudo com um “monsieur”, instalado naquela capital desde, pelo menos, o início dos anos 1840. No espaço do editorial e das principais seções da primeira página do jornal em questão, foi publicado, naquele dia, um longo artigo, intitulado “B. L. Garnier”. Fazia seis dias que o livreiro-editor francês Baptiste-Louis Garnier havia falecido, e a homenagem que lhe fez o *Jornal* nos dá a medida da importância que alcançou no Brasil aquele que havia “vivido durante meio século, ao fundo de sua loja, debruçado sobre uma carteira de trabalho” (ASSIS, 2008, p. 626).

Oitenta e cinco anos antes, precisamente em 13 de maio de 1808, terminara o longo período de interdição das tipografias no Brasil, por meio do decreto assinado pelo príncipe regente Dom João, que instituiu a Impressão Régia no Rio de Janeiro, concedendo-lhe monopólio e destinando-a à publicação dos papéis oficiais do governo e todas e quaisquer outras obras. Segundo Marcia Abreu (2010), os prelos da casa oficial realizavam a impressão de documentos oficiais, mas foram utilizados também para trazer à luz publicações diversas, desde obras de Medicina e Economia até livros didáticos e romances. Nesse contexto, em 1811, o monopólio foi suspenso pela autorização concedida a Manuel Antônio da Silva Serva para que instalasse uma tipografia em Salvador; no Rio de Janeiro, a Impressão Régia continuou sendo a única tipografia autorizada a funcionar, pelo menos até 1821, por ocasião da volta da família real portuguesa à sua terra natal, quando esse regime de exclusividade foi definitivamente quebrado.

Entre uma e a outra pontas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro acolheu profissionais do livro, do jornal e da imprensa, principalmente de origem portuguesa e francesa; modernizou-se a partir da instalação da Corte portuguesa naquela localidade, adotando os padrões europeus como referência de vida social e cultural, aí inclusas as práticas ligadas ao impresso em geral e ao livro e à leitura; tornou-se o centro das vidas artística e literária brasileiras, vendo passear por suas ruas estreitas, e abrigando em seus

círculos sociais, os homens de letras do tempo. Nesse processo, Baptiste-Louis Garnier foi uma espécie de ponto de inflexão. Antes dele, como veremos, vários portugueses e franceses imprimiram e mercadejaram livros, mas foi durante a atividade de Garnier como livreiro e editor que as práticas de produção, coleção, publicidade e circulação (nacional e internacional) do impresso profissionalizaram-se. Não é exagerado dizer, por fim, que suas ações ajudaram a configurar, mesmo sendo ele um homem de negócios, a produção literária brasileira e o seu caráter nacional.

A família real portuguesa no Rio de Janeiro e a produção/circulação dos impressos

Quem conhece um pouco a História do Brasil colonial pode inferir o que nos mostra, com segurança, e a partir da análise de fontes primárias, a historiadora Lucia Bastos Pereira das Neves:

até a chegada da Corte portuguesa, era bastante reduzido o número de mercadores de livros nesta cidade [Rio de Janeiro], como pode comprovar-se pelo registro dos Almanques do Rio de Janeiro de 1792 e 1794, que indicam apenas um negociante de livros, embora o de 1799 já apontasse a existência de duas livrarias, uma delas provavelmente a de Bourgeois (NEVES, 2002, n.p.).

Com a vinda da família real e Corte portuguesas para o Brasil (1808), fato histórico paralelo à expansão napoleônica na Europa e posterior à Restauração monárquica na França (1815-1830), os comerciantes franceses, entre eles os do negócio dos livros, estabeleceram-se progressivamente no Rio de Janeiro.

Nessa fase, Paul Augustin Martin Fils – conhecido pelo abreviado e aportuguesado nome de Paulo Martin ou como Paulo Martin Filho (ABREU, 2012) – pode ser considerado o personagem de maior destaque, à medida que a sua atividade editorial foi também muito importante. Descendente de uma das várias famílias francesas de Briançon, que se ocupavam do comércio do livro e se instalaram em Portugal a partir das últimas décadas do século XVIII, ele chegou ao Rio de Janeiro no final dos anos 1800 e se estabeleceu como comerciante na cidade, à Rua da Quitanda. Desde o início, a sua atividade como livreiro foi grande, o que nos mostrou, por exemplo, Lucia Bastos Pereira das Neves (2002), recorrendo aos anúncios dos jornais, dos quais ele se utilizou intensa e constantemente. Paul Martin, aliás, obteve exclusividade sobre a venda e subscrição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada na Impressão Régia, a partir de sua criação no Rio de Janeiro, segundo nos informa Ubiratan Machado (2012). Alguns historiadores do livro creem que Martin em muito contribuiu para o movimento da Impressão Régia, ainda em sua fase de monopólio de impressão no Brasil, graças à sua atividade editorial. Rubem Borba de Moraes (1975) atribui àquele que ele considera o primeiro editor do Brasil a publicação de muitos romances, novelas, poemas, entre outros; outros historiadores, como Lawrence Hallewell (2005), são mais cautelosos, apontando a dificuldade de se afirmar com certeza que todas essas obras de literatura e

entretenimento tenham sido impressas por iniciativa de Paulo Martin. De todo modo, entre vendas e produção, livros técnicos e literários, todos concordam que a presença de Martin no Rio de Janeiro foi além dos seus interesses nos negócios e lucros, dando enorme impulso à edição no Brasil. Assim como Jean Robert Bourgeois, outro livreiro de origem Briançonense, Paul Martin, em sua atividade de editor, publicou livros de toda sorte, mesmo aqueles com ideias antimonárquicas e constitucionalistas, as quais, pode ser que de alguma forma tenham contribuído para o processo de independência do Brasil em relação à Portugal.

O pai de Martin, também chamado Paul Martin, publicava obras em Portugal, no mesmo período, e mantinha relações com a França, de onde era originário. O testamento de Martin pai, feito em setembro de 1813, informava que suas atividades livrescas estavam espalhadas pelos dois continentes, onde residiam seus filhos (ABREU, 2010). O documento indica que ele estava à frente de um bem-sucedido negócio, com ramificações em Lisboa, Paris e no Rio de Janeiro:

eu Paulo Martin declaro que [...] tenho cinco filhos: a saber João José, Paulo Augusto, ambos estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, Luis Justino ao presente está em França, Ignacio Augusto, e Henriqueta Izabel morando na minha companhia [...] Declaro que [...] sou senhor de uma loja, e casa de livros de toda a qualidade que ocupo as Portas de Santa Catarina desta cidade de Lisboa: outra na cidade do Rio de Janeiro, a qual está administrada debaixo das minhas ordens pelos ditos meus filhos João José, e Paulo Augusto (ABREU, 2009 *apud* CURTO, 2007).

No Rio de Janeiro, tão logo se tornou possível imprimir, os filhos de Martin, Paulo Augusto e João José, também se dedicaram a essa atividade. Apenas dois anos após o início do funcionamento da Imprensa Régia, já se anunciavam, no *Catálogo dos folhetos impressos à custa de Paulo Martin Filho*, 24 títulos dados à luz por sua iniciativa. Revelando tino comercial, imprimiram opúsculos que tratavam de assunto de grande interesse no momento: as invasões francesas e a guerra peninsular. A curiosidade pelo tema fica patente, por exemplo, na publicação do *Manifesto da Razão contra as usurpações Francezas por José Acurcio das Neves por 640*. A obra, anunciada em 1810 como tendo sido impressa às custas de Martin no Rio de Janeiro, tivera uma edição lisboeta em 1808, repetindo a situação observada em diversas publicações, que, em curto intervalo de tempo, ganhavam edições brasileiras e portuguesas (ABREU, 2010).

Além de mandar imprimir romances, novelas, folhetos políticos, poemas, orações fúnebres, Martin ocupava-se com obras volumosas e de incontestável importância para as Letras, como *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, impresso no Rio de Janeiro, em 3 volumes, em 1810, ou com o *Ensaio sobre a crítica*, de Alexander Pope, saído no mesmo ano e anunciado no catálogo inserido na edição do romance *Paulo e Virgínia*, em 1811.

Em Lisboa, Paul Martin, o pai, também desempenhava a dupla função de editor e de livreiro, comercializando não apenas as obras dadas à luz por ele e por outros em Portugal, mas inclusive aquelas saídas dos prelos cariocas por iniciativa de seus filhos, como se vê no *Catálogo das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se acham de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos*, (ABREU, 2005) de 1812, no qual anunciava 45 livros impressos no

Brasil, compondo um rol de obras de Direito, Geografia, Medicina, Matemática, Economia, Agricultura, Biologia e Belas Letras. Martin revelou tino na seleção do material a ser anunciado, o qual incluía primeiras edições, títulos esgotados e obras de sucesso, mostrando a eficiência e a competitividade de suas produções cariocas. A partir da instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, coube aos moradores de Lisboa ter que esperar para receber e ler obras impressas do outro lado do Atlântico, invertendo uma condição secular, que fazia com que os habitantes do Brasil tivessem que aguardar pelos impressos produzidos na Europa. O interesse do livreiro lisboeta em fazer transportar e vender títulos publicados no Rio de Janeiro revela que os livros saídos das oficinas dessa cidade pareciam atrativos, mesmo para aqueles que tinham à disposição diversas tipografias e casas impressoras, como era o caso dos que viviam em Lisboa.

Ainda de acordo com Abreu (2009), outros homens dos livros trilharam o caminho inverso, mandando imprimir obras fora do Reino para tentar vendê-las no Rio de Janeiro. Era o que fazia o francês Pierre Constant Dalbin, que, em 1818, divulgou um *Catálogo de alguns livros impressos à custa de P. C. Dalbin e Ca, e outros, que o mesmo tem em grande número, em Rio de Janeiro, dado à luz em Paris, na officina de J. Smith* (MORAES, 1975), no qual anunciava obras em português, ao lado de outras em inglês, italiano e espanhol. Enquanto os Martin utilizavam os prelos da Impressão Régia para publicar obras que eles acreditavam ter boa aceitação tanto no Brasil quanto em Portugal, Dalbin recorria a tipografias parisienses com a mesma finalidade. Agiam, ambos, como editores em busca das melhores condições de impressão para os livros que mandavam imprimir.

Muitos outros portugueses marcaram presença nessas atividades em torno do livro, como é o caso dos irmãos Veiga, que herdaram do pai, Luís Saturnino da Veiga, um negócio já bem estabelecido. Tendo adotado o Brasil como local de moradia, Luís Saturnino estabeleceu-se como mestre-escola no Rio de Janeiro (1793) e ali abriu uma livraria, desde 1808, no mesmo sobrado em que se instalou com a família, e no qual funcionava sua escola de primeiras letras. Ao lado de Veiga, estiveram Manuel Joaquim da Silva Porto e Manuel Antônio da Silva Serva, também portugueses, que foram amigos, ambos com atividades significativas em torno da tipografia e edição. Silva Serva atuou principalmente na Bahia e foi o primeiro livreiro que solicitou ao novo governo brasileiro, em 1808, permissão para ir à Inglaterra, a fim de adquirir um prelo (SERVA, 2014). Autorização concedida, Silva Serva empreendeu a viagem, adquiriu o maquinário, passou por Lisboa em busca dos artesãos necessários e solicitou, já em 1810, licença para começar a imprimir. Tendo-a obtido, produziu no Rio, no início de 1811, um catálogo de obras para venda de livros. Já Manuel Joaquim da Silva Porto, instalado como comerciante no Rio desde 1821¹, foi ator fundamental da quebra do monopólio da Impressão Régia na cidade, à medida que, em julho de 1821, solicitou licença para mandar vir da Inglaterra tudo o que necessitava, a fim de montar uma tipografia no Rio. Justificou a sua solicitação, como bem lembram Lucia Bastos das Neves e Tânia Bessone Ferreira (2006), fazendo apelo à morosidade da Impressão Régia,

¹ Lucia Bastos Pereira das Neves e Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira (2006) localizaram, referente ao ano de 1811, o registro de Silva Porto junto à Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

que não podia atender a todos os pedidos. Como concluem as historiadoras, alcançada a licença, adquirida e instalada a oficina, Silva Porto passou a ser o primeiro livreiro do Rio de Janeiro a ter tipografia própria. Logo depois da instalação da oficina, continuou o português emigrado da região do Porto as suas atividades ligadas apenas à tipografia e vendeu a livraria aos filhos daquele Luís Saturnino da Veiga, considerado o livreiro mais antigo do Rio de Janeiro (NEVES; FERREIRA, 2006).

O Brasil Independente

Depois da Independência do Brasil (1822), ainda maior foi o afluxo de comerciantes europeus ao país, muitos deles franceses. Dentre eles, destacamos, neste breve panorama dos agentes e atores da produção e circulação transatlântica do impresso, Pierre Plancher e aquele que nos serviu de introdução a essa discussão, Baptiste-Louis Garnier.

Pierre Plancher, nascido em Le Mans em 1779, quando chegou ao Rio nos anos 1820, já tinha uma atividade consolidada como tipógrafo e, posteriormente, livreiro, em Paris (1815-1823). Defensor exaltado das ideias bonapartistas, foi obrigado a exilar-se à época da Restauração Francesa (1815-1830). Acolhido no Brasil em 1824, depois de fazer voto de omissão política, instalou-se livreiro com outro francês, o impressor Cremière, na Rua do Ourives, e encheu as prateleiras da Livraria Brasília-Francesa de títulos variados, material para o qual conseguiu isenção alfandegária. A sociedade durou apenas quatro meses e, em junho de 1824, Plancher instalou na principal artéria do comércio carioca, a rua do Ouvidor, com livraria e tipografias próprias, a Livraria Plancher. Já nessa ocasião publicava o primeiro número do *Spectador Brasileiro*, jornal que ele continuou até 1827, quando lançou, em associação com o livreiro inglês Thomas B. Hunt, o *Jornal do Commercio* (MACHADO, 2012). Empresário, jornalista, tipógrafo, livreiro e homem de ideias apaixonadas, Plancher conquistou logo o reconhecimento de D. Pedro I, e o *Jornal do Commercio* foi, durante décadas, depositário dos comunicados oficiais do Governo Império, uma espécie de “Diário Oficial” sem sê-lo. Com tipografia de boa qualidade, e sempre procurando se modernizar, o *Jornal do Commercio* adotou práticas de publicação das oficinas dos periódicos franceses da época: alugar as suas horas vagas à produção de outros impressos (SANTANA JUNIOR, 2017); produzir, a partir da publicação dos romances-folhetim, livros que eram enviados como brindes aos assinantes (SANTANA JUNIOR, 2017); maximizar, no espaço dos anúncios do jornal, os efeitos da publicidade em relação aos livros, entre outros (GRANJA; SANTANA JUNIOR, 2018). Sua contribuição para as letras brasileiras, inclusive como veículo de intermediação cultural, é, portanto, enorme. Basta ver que o *Jornal do Commercio* resistiu até 2016 como publicação impressa diária e foi, sem dúvida, o jornal cotidiano de referência para toda sorte de negócios e para a vida comercial brasileira, e mesmo para grande parte das novidades culturais vindas da França, ao longo do século XIX. Plancher, que mantivera sempre alguns negócios na França, vendeu, no início dos anos 1830, a sua livraria e o *Jornal do Commercio* a Junius Villeneuve e voltou a Paris. De lá, prestou assistência ao compatriota que ficara no

Brasil, até que ele tivesse maturidade para continuar a tocar solidamente, e a expandir, com ganhos para a edição brasileira, os negócios iniciados por Pierre Plancher. Segundo Hallewell, cabe a Villeneuve, “o mérito de ter possuído a primeira prensa mecânica do hemisfério sul e, mais tarde, a primeira rotativa e o primeiro linotipo” (HALLEWELL, 2005, p. 149).

Na década de 1840, casas comerciais de livreiros da Europa não peninsular continuaram a abrir suas portas no Rio de Janeiro, ocasião em que os portugueses foram encurralados nas ruas comerciais localizadas em torno da Rua do Ouvidor, que passou a ser definitivamente o corredor dos volumes e edições mais prestigiadas. Ali, estabeleceu-se o belga Desiré Dujardin em 1843, o qual adotou umas das estratégias de Plancher e trouxe uma grande quantidade de livros da Europa; especializado na língua francesa, comercializava nas áreas de saúde, mas não descuidava da literatura (MACHADO, 2012). A família Didot, uma das mais tradicionais do mundo do impresso na França, também se aventurou no Brasil e ali permaneceu de 1840 até o final dos anos 1850 como livreiros e impressores. A eles, juntou-se o encadernador belga Lombaerts, que viria a ter a maior litografia da cidade e a produzir as melhores encadernações da época (MACHADO, 2012).

Os irmãos alemães Laemmert e o brasileiro Francisco de Paula Brito tiveram atuação importantíssima para a história das livrarias brasileiras, mas eles compõem neste texto, principalmente, como atores no mundo da edição. Francisco de Paula Brito nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1809. Foi aprendiz de tipógrafo na Tipografia Nacional (nome que adotou a Imprensa Régia depois de 1821) e, posteriormente, trabalhou no *Jornal do Commercio*, como diretor das prensas, redator, tradutor e contista. Instalou-se em um pequeno estabelecimento da Praça da Constituição, com um prelo, em 1831, e expandiu o negócio da impressão no Brasil. Em sua loja, anos mais tarde, nasceria a Sociedade Petalógica, que reuniu o movimento romântico brasileiro de 1840-1860: Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), Laurindo Rabelo (1826-1864), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), entre outros; em geral, toda a elite das Letras da época, entre políticos, artistas e escritores, reunia-se na Livraria de Paula Brito. Ele foi também o editor de inúmeras revistas, entre elas, *A Marmota na Corte*, que oferecia figurinos às suas leitoras, o que o fez trazer de Paris Louis Thérrier, que passou a fazer as litografias para a revista. Há registro de mais de 350 publicações não-periódicas feitas por Paula Brito, de temática variada, oitenta e três na área médica. Contudo, ao mesmo tempo, Brito incentivou a literatura nacional e se tornou o primeiro editor genuinamente não-especializado do país, pois incluía grande variedade de obras e assuntos, ao contrário de seus antecessores, que se dedicavam mais aos assuntos técnicos (RAMOS; DAECTO; MARTINS FILHO, 2010; GODÓI, 2016). Dos irmãos Laemmert, destacamos o sucesso de vendas que obtiveram (Eduard Laemmert estava instalado no Rio de Janeiro desde 1827), o que os levou à *Typographia Universal* (1838) e à publicação do *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro*, um guia completo da cidade, que acompanhou as suas transformações ao longo de boa parte do século XIX (HALLEWELL, 2005). Pelo que tudo indica, a publicação desse material por tantos anos mostra-nos que havia uma grande demanda por esses almanaques (DONEGÁ, 2009), o que ainda poderá

nos revelar detalhes a respeito do comportamento e gosto do público leitor brasileiro. Por ora, centrados nos homens de livros, observamos que, nessa mesma época, Baptiste-Louis Garnier instalava-se como livreiro no Rio e passaria a fazer concorrência aos Laemmert. Isso se deu, de imediato, no comércio livreiro, mas, a partir dos anos 1860, Garnier atuou como editor da Literatura Brasileira, além de muita produção textual ligada à cultura, história, coleções para fins didáticos, tradução de literatura, entre outros.

Do Auge do Império à Instalação da República

Baptiste-Louis Garnier, junto aos irmãos Laemmert, dominaram o comércio de livros no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX (SENNA, 2006; HALLEWELL, 2005). Mas, ao longo de sua trajetória de mais de cinquenta anos no Brasil, o primeiro foi condecorado por D. Pedro II com a comenda da Ordem da Rosa, também com a mais alta ordem honorífica portuguesa, a Ordem de Santa Cruz, graças aos serviços prestados às Letras no Brasil, uma vez que, além de fornecedor de livros franceses e estrangeiros em geral, e de variada gama, foi editor dos escritores brasileiros e em língua portuguesa na segunda metade do século XIX, no Brasil.

Tendo chegado da França no início da década de 1840, Garnier montou sua livraria como filial daquela de seus irmãos livreiros de Paris (Auguste e Hyppolite Garnier), também na Rua do Ouvidor (SENNA, 2006). No entanto, no final dos anos 1850, ele assumiria a vocação editorial de sua empresa. Para isso, separou-se comercialmente de seus irmãos, mas apenas no que se refere ao negócio da edição de livros brasileiros². Hallewell (2005) nos fala de um rompimento comercial entre os irmãos Garnier, por volta de 1864-1865; Jean-Yves Mollier (2018) argumentou, recentemente, que essa ruptura foi uma mudança de razão social, por motivações políticas, gerada pela imagem negativa da França após a intervenção de 1863 no México; novos documentos acrescentam uma sutileza à tese da separação entre as casas Garnier francesa e brasileira, válida para o que se refere ao negócio dos impressos em português: Auguste e François-Hippolyte passaram a investir no mercado dos livros em português, sobretudo de gramáticas e dicionários, via Portugal, enquanto Baptiste-Louis agia sobretudo no Brasil. Um exemplo é o contrato assinado entre os Irmãos Garnier de Paris e Arnaldo Gama, do Porto, em 13 de junho de 1863, para a elaboração de um dicionário Português-Francês³. Deste lado do Atlântico, Baptiste-Louis Garnier dedicou-se, como os irmãos, a edições escolares e manuais, que tinham boas vendas, mas passou também a atuar como um editor moderno, descobrindo autores brasileiros ou residentes no

² Essa informação é atual e me foi confirmada em novembro de 2018, em entrevista, por Daniëlle Garnier, segunda esposa de Bernard Garnier (1927-2010), último membro da família a dirigir os negócios dos Editores Garnier, até 1983. Bernard Garnier, filho de Auguste-Pierre Garnier, o sobrinho-neto dos editores Garnier do século XIX, que assumiu definitivamente os negócios da família aos 26 anos, em 1911, após o falecimento de François-Hippolyte Garnier.

³ O documento consta dos “Fundos Garnier” do IMEC – Institut Mémoire de L’Édition Contemporaine, Abbaye d’Ardennes, Saint-Germain-la-Blanche-Herbe, França.

Brasil e comendo um fundo editorial próprio, ao invés do comércio de livros variados. Na sequência dessa história de cisão parcial, Baptiste-Louis Garnier adotou novos modelos e parceiros de trabalho, alargando o círculo de relações editoriais para além da casa dos irmãos parisienses instalados à Rue de Saint-Pères.

Não por coincidência, à época dessa separação comercial-familiar, B.-L. Garnier começou a publicar uma coleção de Literatura Brasileira que, ainda hoje, constitui a base do cânone da poesia brasileira colonial e romântica (GRANJA; SANTANA JUNIOR, 2019; GRANJA, 2018). Por meio da coleção “Brasília biblioteca dos melhores autores nacionais antigos e modernos”, o editor investiu em boas edições de “autores brasileiros do passado” (poesia), anotadas, aparelhadas de textos críticos, preferencialmente lançando obras completas deles. Se essa coleção era composta e impressa na Europa, sem erros de composição, com belos tipos e bom material, alguns outros autores brasileiros, desta vez contemporâneos, integravam esse plano de qualidade, embora selecionadamente. As *Crisálidas* (1864) de Machado de Assis foram editadas por Garnier, mas compostas e impressas pela tipografia Quirino e Irmãos (ali mesmo, na rua da Assembleia); enquanto isso, *O Guarani*, de José de Alencar (primeira edição em livro de 1857, pela tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*), recebeu duas edições simultâneas, preparadas em Paris, no mesmo ano de 1864, o da publicação do livro de poemas de Machado. Aproveitando a mesma composição tipográfica, a segunda edição de *O Guarani* em livro (correspondente à terceira edição) foi feita em papel de boa qualidade, formato in-8º, lombada costurada, com capa de qualidade (feita em papel cartão resistente), a ser vendida, no Brasil, a quatro mil réis. Já a quarta edição, feita no formato popular in-18º, foi impressa em papel ordinário, capa em papel colorido de baixa gramatura, a ser vendida a dois mil réis (GRANJA, 2013)⁴.

Livros de literatura brasileira impressos em Paris ou na Rua da Assembleia dão-nos a refletir sobre diferentes dimensões da constituição do valor simbólico atribuído à obra e ao autor. Dão-nos também matéria à compreensão de como um editor do Brasil Imperial, poucas décadas depois de as atividades de impressão terem sido permitidas no território brasileiro, foi reconhecido com ordens honoríficas pelos serviços prestados às Letras Brasileiras. Com foco na coleção de poesia brasileira editada com cuidado e qualidade pela Garnier de Baptiste-Louis, verificamos que havia um real investimento na formação de uma coleção de poesia “nacional”, “monumental coleção”, conforme definiria o catálogo da Garnier de meados dos anos 1870, a qual vinha sendo apoiada pelo próprio Imperador, desde 1863. Nessa época, o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava que Dom Pedro II havia concedido a permissão para a publicação, sob os seus auspícios, de uma “esmerada coleção das obras dos melhores autores brasileiros, poetas e prosadores”. Essa coleção, a “Brasília, biblioteca nacional dos melhores autores antigos e modernos, publicada sob os auspícios de Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II”, a qual vinha sendo organizada por Joaquim Norberto de Sousa e Silva, historiador, homem de letras e escritor da casa Garnier:

⁴ Em termos de comparação, segundo dados colhidos no *Diário do Rio de Janeiro* do ano de 1864, um bom lugar na plateia do teatro equivale a 2 mil réis; um camarote familiar no mesmo espetáculo custa 10 mil réis; a assinatura trimestral do jornal diário custa 6 mil réis.

Agora que, felizmente, o amor pelas coisas da pátria, e o *gosto da leitura das obras nacionais*, produzidas pelos autores nascidos ou domiciliados no país, têm se propagado por todo o império, anima-se o editor da *Brasília, biblioteca nacional dos melhores autores antigos e modernos a empreender a reimpressão das obras raras, coligidas e anotadas com apurado trabalho e não pequeno estudo*, oferecendo assim pela primeira vez englobadamente as composições, que até aqui andavam esparsas e perdidas, *com grande pena dos amadores da literatura brasileira* (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1863, p. 1, cols. 4-5, grifos nossos).

Nessas e em outras ações descritas pelo artigo acima citado, que é longo, está o rosto da coleção patrocinada por D. Pedro II, preparada por Joaquim Norberto – do “Instituto Histórico”, “um digno auxiliar para a tamanha tarefa” –, e executada por B.-L. Garnier. A *Brasília bibliotheca* coligiria e republicaria obras de autores nascidos ou domiciliados no Brasil, formando e incentivando, a partir do mesmo paradigma da nacionalidade, o “gosto da leitura”, decorrente do “amor pelas coisas da pátria”, nas últimas décadas do Império.

Garnier fez escola como editor e comerciante de livros no Brasil, mesmo sem o apoio de um mecenas tão significativo quanto aquele com quem contou o francês emigrado, que soube cativar o campo do poder. Quando faleceu, em 1893, os métodos da Livraria de Ferdinand Fauchon, no Rio de Janeiro, assemelhavam-se, em muito, aos de seu tio-avô, Baptiste-Louis Garnier (GRANJA, 2013b). O filho de Auguste Fauchon procurou, naqueles primeiros anos da República no Brasil, após o falecimento do irmão de sua avó, lançar-se à edição da Literatura Brasileira. Em 1895, dois anos após a morte do tio-avô Baptiste-Louis, os anúncios de Fauchon nos jornais do Rio de Janeiro mostram que ele tentou assumir o nicho de mercado da Livraria e Editora de Garnier, fazendo escolhas comerciais e editoriais semelhantes àquelas que vinha fazendo Baptiste-Louis Garnier, desde os anos 1860: publicação, em Paris, da literatura escrita no Brasil, em edições de boa qualidade, descritas como luxuosas; investimento em vários gêneros textuais e em diversas formas materiais, com o objetivo de diversificar as coleções e atender ao público de forma geral.

Vemos que Baptiste-Louis Garnier foi um grande inspirador de modelos para livreiros e editores. Depois desse francês, o mercado editorial brasileiro, já formado e profissionalizado, ramificou-se nas mãos de homens talentosos, cultos, visionários, ambiciosos, determinados, sobre os quais as lições e edições deixadas por Baptiste-Louis teriam ação indelével.

Acompanhamos aqui alguns dos passos dos atores do livro, durante quase um século, entre o continente europeu e o sul-americano, em torno dos livros, prensas, tipos, provas, cadernos e toda sorte de matéria do mundo do impresso. Os movimentos descritos por tais passadores culturais e mediadores mostram que a circulação dos impressos é um exemplo de que as fronteiras nacionais, enquanto se afirmavam em termos geopolíticos no XIX, eram constantemente quebradas e ultrapassadas pelas práticas culturais.

GRANJA, L. The circulation of printings in nineteenth century Brazil (actors from the world of books). *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 13, n. 1, p. 131-143, 2021. ISSN 2177-3807.

Referências

1. Fontes Primárias

1.1 Publicações periódicas

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1863.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1893.

1.2 Arquivos

IMEC– Institut Mémoire de L'Édition Contemporaine, Abbaye d'Ardenne, Saint-Germain-la-Blanche-Herbe, França: Fonds Garnier.

1.3 Entrevistas

Garnier, D. Entrevista pessoal. Paris, 25 de novembro de 2018.

2. Fontes Secundárias

ABREU, M. Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. *Convergência Lusíada*, Lisboa, v. 1, n. 21, p. 199-222, 2005.

ABREU, M. Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro joanino. *Floema*, v. III, n. 5 A, p. 7-30, out. 2009.

Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1755>. Acesso em: 10 de março de 2021.

ABREU, M. Duzentos anos: os primeiros livros. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 44-65.

ABREU, M. Libraires et éditeurs français à Rio de Janeiro: les cas de Paul Martin et Pierre Constant Dalbin. In: MOLLIER, Jean-Yves; COOPER-ROCHET, D. (org.). *Le Commerce Transatlantique de Librairie, un des Fondements de la Mondialisation Culturelle* (France, Portugal, Brésil, XVIII - XX siècle). Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2012. p. 17-29.

CURTO, D. *et al. As Gentes do Livro – Lisboa, Século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

DONEGÁ, A. L. *Novo Correio de Modas (1852-1854): a prosa ficcional na moda e a moda na prosa ficcional*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=40998. Acesso em: 11 de março de 2021.

GODÓI, R. C. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: EDUSP, 2016.

GRANJA, L. Rio-Paris: primórdios da publicação da Literatura Brasileira chez Garnier. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 1, n. 27, p. 81-93, 2013a.

GRANJA, L. Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil. *Revista Livro*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 41-49, 2013b.

GRANJA, L. Chez Garnier, Paris-Rio (de Homens e de Livros). In: GRANJA, L.; LUCA, T. R. (org.). *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p. 55-80.

GRANJA, L; SANTANA JUNIOR, O. D. Aquém e além-mar: agentes, textos e estratégias na publicação de romances-folhetim do *Jornal do Commercio* (1827-1863). *Revista Interfaces*, Rio de Janeiro, v.1, n. 28, p. 31-46, 2018.

GRANJA, L; SANTANA JUNIOR, O. D. Cânone literário e embates editoriais em duas coleções de Literatura Brasileira (1862-1876). *Revista Interfaces*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 29, p. 55-72, 2019.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos; Lólio Lourenço de Oliveira & Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo, Edusp, 2005.

MACHADO DE ASSIS, J. M. “Garnier”, “A semana”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1893.

MACHADO DE ASSIS, J. M. “Garnier”, Páginas Recolhidas. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa em quatro volumes*. 2. ed. Eds Aluizio Leite, Ana Lima Cecílio y Heloísa Jahan. Rio de Janeiro: Aguilar, 2008. v. 2, p. 626-628.

MACHADO, U. *História das livrarias cariocas*. São Paulo: Edusp, 2012.

MOLLIER, Jean-Yves. Uma livraria internacional no século XIX, a livraria Garnier Frères. Tradução de Willian Righii de Souza e Valéria Cristina Bezerra. In: GRANJA, L.; LUCA, T. R. (org.). *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p. 33-54.

MORAES, R. B. *O bibliófilo aprendiz*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

NEVES, L. M. B. P. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro no início dos oitocentos. In: X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – História e Biografias, ANPUH, 2002, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2002. n.p.

Disponível em:

www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Mesas/Neves%20Lucia%20M%20B%20P.doc.

Acesso em: 11 e março de 2021.

NEVES, L. M. B. P.; FERREIRA, T. M. B. C. Livreiros no Rio de Janeiro: intermediários culturais entre Brasil e Portugal ao longo dos oitocentos. In: 3º COLÓQUIO DO POLO DE PESQUISAS DE RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS - Entre Iluminados e Românticos, 2006. *Atas [...]*. 2006. n.p. Disponível em:

http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/16.htm#_ednref7. Acesso em: 10 de março de 2021.

SANTANA JUNIOR, O. D. *Bastidores da literatura nas horas ociosas da tipografia do Jornal do Commercio (1827-1865)*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências, Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148938>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

SENNA, E. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006.

SERVA, L. *Um tipógrafo na colônia*. São Paulo: Publifolha, 2014.

RAMOS, J. P.; DAECTO, M. M.; MARTINS FILHO, P. (org.). *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*. São Paulo: EDUSP, 2010.

Recebido em: 01 fev. 2021

Aceito em: 10 mar. de 2021